



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 16ª reunião, realizada em 23 de abril de 2018

1 Em 23 de abril de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Henri Dubois Collet e o suplente Guilherme Augusto Duarte de Faria,
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Laura de Moraes
7 Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
8 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Leonora Batista Campos, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Marcos Henrique Castro, da
10 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Elidia de Almeida Caldeira, da
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio
12 Camini, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de
14 Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo:
15 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
16 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Vanessa Fontenelle, do
18 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra).
19 Representantes da sociedade civil: Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da
20 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo
21 Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio
22 Paranaíba; Gabriel Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e
23 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL
24 BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
25 presidente Henri Dubois Collet declarou aberta a 16ª reunião da Câmara de
26 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas e retificou o enunciado dos
27 itens 8 e 9 da pauta, devendo constar como “análise” e não “análise e
28 deliberação”. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS
29 GERAIS.** Presidente Henri Dubois Collet: “Nós solicitamos a distribuição das
30 revistas da MG.Biota, já aproveitando para pedir aos conselheiros e à plenária
31 que, sempre que possível, possam apoiar nessas informações, novas
32 pesquisas, novos projetos, para que possamos apoiar essa importante revista.”
33 **4) EXAME DA ATA DA 15ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 15ª
34 reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas,
35 realizada em 19 de março de 2018. **5) MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA
36 A CONSERVAÇÃO DA ESPÉCIE DO FAVEIRO-DE-WILSON.** Apresentação:

37 **IEF.** O Instituto Estadual de Florestas fez apresentação à Câmara das ações
38 desenvolvidas e previstas no âmbito estadual para a conservação da espécie
39 faveiro-de-wilson. Em seguida, foram esclarecidos pontos destacados pelos
40 conselheiros. O conteúdo da apresentação foi disponibilizado no site da
41 SEMAD. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
42 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME POA 2018. 6.1) A. Granuso**
43 **Ltda. ME. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na**
44 **construção civil. Piranguinho/MG. PA 12406/2006/001/2017, DNPM**
45 **833.043/2003. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental
46 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Foram registrados
47 votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama,
48 Sindiextra, Fiemg, UFV, Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **6.2) Parques do**
49 **Vale Loteamento e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Loteamento do**
50 **solo urbano para fins exclusivamente ou predominantemente residenciais,**
51 **tratamento de esgotos sanitários, distrito industrial e zona estritamente**
52 **industrial, tratamento de água para abastecimento. Caratinga/MG. PA**
53 **12150/2010/001/2010. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
54 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Foram
55 registrados votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea,
56 ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV, Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg.
57 **6.3) Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários Ibar Ltda. Extração de**
58 **argila refratária. Uberaba/MG. PA 00397/1990/041/2010, DNPM**
59 **817.438/1970. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental
60 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Foram registrados
61 votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama,
62 Sindiextra, Fiemg, UFV, Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. Registro de
63 manifestações solicitado pela Angá. Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco
64 da Silva: “Só confirmar um dos impactos identificados, que é rebaixamento ou
65 soerguimento de aquíferos ou águas superficiais. A equipe técnica detectou foi
66 a questão do rebaixamento de lençol nesse empreendimento?” Thiago Magno
67 Dias Pereira/IEF: “Nós encontramos no RCA, página 118: ‘Para a lavra, é
68 necessário que haja a drenagem das áreas de trabalho dando condições de
69 operação dos equipamentos. Essa drenagem é realizada através de valetas
70 direcionando a água para dentro de cavas exauridas. Como o trabalho realizado
71 abaixo do nível do terreno e no local a água subterrânea tem circulação rasa,
72 faz-se necessário o bombeamento diretamente para a cava contígua já
73 exaurida. Outra providência com objetivo de minimizar o impacto é a recente
74 adoção de cavas nas dimensões 40 x 40, que têm menor volume e se
75 constituem em quantidade maior de locais para receber água bombeada
76 permitindo rodízio’. Então, constatou-se um bombeamento de água subterrânea.
77 Teve todo uma alteração na questão do refluxo de recursos hídricos, então, nós
78 marcamos o impacto.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Esse

79 questionamento é porque, quando tivemos esse processo em discussão no
80 Comitê do Araguari, na época, o IGAM disse que não tinha esse impacto, e nós
81 não conseguimos levar a discussão da outorga desse empreendimento para
82 dentro do Comitê. Então, há uma diferença. Aqui, nós estamos tendo essa
83 identificação do impacto, e o Instituto de Gestão das Águas, na época, negou
84 esse tipo de impacto.” Thiago Magno Dias Pereira/IEF: “Lembrando que eu
85 identifiquei o impacto com base neste RCA.” Conselheiro Gustavo Bernardino
86 Malacco da Silva: “Sim. Eu só queria que isso ficasse em ata porque, quando
87 essa empresa retornar a essa discussão, nós vamos lembrar isso aqui para
88 levar essa outorga dessa empresa para dentro do Comitê. Eu estou reforçando
89 isso porque essa empresa e outra empresa de mineração impactam diretamente
90 as recargas que abastecem o município de Uberlândia, e nós estamos tentando
91 levar essa discussão há um bom tempo para dentro do Comitê, e, infelizmente,
92 o IGAM, naquele momento, tinha negado. Então, eu gostaria que ficasse na ata,
93 na íntegra, para que eu possa utilizar, inclusive, na discussão no futuro. O
94 segundo ponto é só para chamar atenção como é tão prejudicial a falta de
95 atualização do mapa de áreas prioritárias para conservação. Quando eu
96 participei do workshop, na época, o geoprocessamento não era tão refinado, tão
97 detalhista como hoje, e essa área que foi identificada como prioritária para
98 conservação em extrema importância, que se chama Veredas de Uberaba, está
99 deslocada, não está no local que a pesquisadora Luzimara, na época,
100 identificou. Que justamente incide sobre essas áreas dessa empresa e da outra
101 empresa de mineração, por causa de aves paludícolas, migratórias etc. Eu
102 estou chamando atenção que, com esse deslocamento, que é um erro do
103 geoprocessamento, na época, nesse empreendimento, por exemplo, nós
104 estamos perdendo aplicação do 0,45%, a pontuação em extrema importância, e,
105 consequentemente, a aplicação do recurso. Então, é urgente a atualização
106 desse mapa, porque, quando ele for atualizado, esse erro do
107 geoprocessamento, por exemplo, nesse local, com certeza vai ser corrigido e
108 deslocado para o local correto.” Presidente Henri Dubois Collet: “Nós vamos
109 encaminhar esse pedido e ver qual é a programação que nós temos, o
110 cronograma para essa revisão. Eu sei que a equipe está dedicada a essas
111 revisões, então, poderá trazer algum alinhamento para a próxima reunião. **6.4)**
112 **DELP Engenharia Mecânica S/A. Fabricação de máquinas, aparelhos,**
113 **peças e acessórios com tratamento térmico e/ou superficial.**
114 **Vespasiano/MG. PA 00452/1997/004/2009. Classe 6. Apresentação:**
115 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
116 Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis das seguintes
117 representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV,
118 Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **6.5) Daiwa do Brasil Têxtil Ltda. Fiação**
119 **de algodão, seda animal, lã, fibras duras e fibras artificiais sem**
120 **acabamento. Uberlândia/MG. PA 00368/2003/004/2012. Classe 5.**
121 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade

122 nos termos do Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis das seguintes
123 representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV,
124 Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **6.6) Oratórios Engenharia Mineral Ltda.
125 Extração de manganês, estradas para transporte de minério/estéril, obras
126 de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), pilhas de
127 rejeito/estéril, postos revendedores, postos de abastecimento, instalações
128 de sistemas retalhistas e postos, unidade de tratamento de minerais
129 (UTM). Nazareno/MG. PA 27116/2011/001/2015, DNPM 831.947/2002. Classe
130 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por
131 unanimidade nos termos do Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis
132 das seguintes representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra,
133 Fiemg, UFV, Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **6.7) Votorantim Siderurgia
134 S/A. Fazenda Bom Sucesso e Riacho. Produção de carvão vegetal oriunda
135 de floresta plantada. Vazante/MG. PA 06115/2005/005/2013. Classe 5.
136 Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade
137 nos termos do Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis das seguintes
138 representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV,
139 Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
140 PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO
141 CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO
142 BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Rebra Energia e Participações Ltda.
143 Barragens de geração de energia hidrelétrica. Carvalhos/MG. PA
144 24123/2013/001/2016. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Sul de
145 Minas/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
146 Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis das seguintes
147 representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV,
148 Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **7.2) Global Adonai Mineração Ltda.
149 Lavras e extrações. Desterro de Entre Rios/MG. PA 26772/2011/003/2014,
150 DNPM 830.821/2005. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Centro-
151 Oeste/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
152 Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis das seguintes
153 representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV,
154 Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **7.3) AAAP Empreendimentos e
155 Participações Ltda. Barragem de geração de energia/hidrelétrica. São
156 Francisco do Glória/MG. PA 32552/2015/001/2016. Classe 3. Apresentação:
157 Escritório Regional Zona da Mata/IEF. Compensação ambiental aprovada por
158 unanimidade nos termos do Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis
159 das seguintes representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra,
160 Fiemg, UFV, Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **7.4) Hy Brazil Energia S/A.
161 CGH Itajubá. Barragens de geração de energia/hidrelétricas. Itajubá/MG.
162 PA 27379/2015/001/2015. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Sul
163 de Minas/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos************

164 do Parecer Único. Foram registrados votos favoráveis das seguintes
165 representações: Sedectes, Crea, ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV,
166 Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg. **7.5) EMCCAMP Residencial S/A.**
167 **Loteamento do solo urbano para fins exclusivos ou predominantemente**
168 **residenciais. Belo Horizonte/MG. PA 25695/2014/001/2018. Classe 3.**
169 **Apresentação: Escritório Regional Metropolitano/IEF.** Compensação
170 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Foram
171 registrados votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea,
172 ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV, Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg.
173 **7.6) Taquaril Mineração S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido,**
174 **minério de ferro. Nova Lima/MG. PA 04421/2013/001/2014, DNPM**
175 **4791/1961. Classe 6. Apresentação: Suppri.** Processo retirado de pauta com
176 pedido de vista da Angá e vista conjunta solicitada pela Fiemg e o Sindiextra.
177 Justificativas. Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “O meu
178 suplente José Hermano solicitou que eu pedisse vista desse processo para tirar
179 algumas dúvidas.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “A justificativa é
180 para tirar dúvida a respeito da destinação e dos impactos do empreendimento.”
181 Conselheira Vanessa Fontenelle: “Para tirar dúvida também em relação ao
182 projeto de compensação e à destinação.” **8) PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE**
183 **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE NOS TERMOS DO INCISO**
184 **II, ARTIGO 13, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) Parque**
185 **Estadual de Botumirim. Apresentação: GCUC/IEF.** O Instituto Estadual de
186 Florestas fez apresentação dos estudos para criação do Parque Estadual de
187 Botumirim, para apreciação da Câmara e apresentação de contribuições pelos
188 conselheiros. Foi esclarecido que não se trata de aprovação de proposta nesta
189 sessão. Foram registradas as seguintes contribuições dos conselheiros.
190 Conselheiro Nino Antônio Camini: “Só uma pequena observação. Essa proposta
191 é em uma região que tem hoje um IDH muito baixo, não tem muita alternativa
192 econômica para a população, e de repente se coloca a unidade de conservação
193 que vai ter a gestão do poder público como um atrativo para a região, podendo
194 gerar recurso. Só para demonstrar que unidade de conservação não é
195 necessariamente um entrave, ela pode gerar uma alternativa econômica para a
196 região. Eu acho que é bom isso ficar muito claro para todo mundo aqui,
197 principalmente para nós, conselheiros, que somos formadores de opinião dentro
198 das nossas instituições e segmentos que representamos.” Conselheiro Carlos
199 Alberto Santos Oliveira: “O que se falou é que já se acertou com o setor elétrico.
200 Eu entendi muito bem. Agora, o que precisamos é acertar com o setor de
201 agricultura e pecuária. Eu entendi que as áreas que serão tomadas são áreas já
202 de preservação indicadas. Se conseguir ir por aí, nós não vamos ficar
203 perturbando ninguém para criar unidade de conservação. Mas nós sabemos
204 que, quando um grupo vai lá no local discutir essas questões, prevalece a ideia
205 do governo. Fala que está entrando só até aqui, e não a realidade está entrando

206 muito mais. Eu gosto muito de citar o exemplo da Serra da Canastra, que foi um
207 desastre para todo mundo. Tem fogo lá, tem incêndio lá, permanentemente, e
208 um número muito grande de pessoas.” Presidente Henri Dubois Collet: “Eu acho
209 importante fazer uma colocação que nós não estamos tomando área de
210 ninguém. A nossa proposta, primeiro, tem muita transparência, e, em segundo
211 lugar, estamos trabalhando com áreas de preservação permanente. Quer dizer,
212 os proprietários terão que zelar, proteger, cuidar dessas áreas. Realmente, não
213 incluímos a reserva legal justamente para evitar, e pode haver a possibilidade
214 de fazer a alteração da reserva legal. Mas nós demonstramos nos mapas e nos
215 estudos que existem naquele local não simplesmente uma APP, mas também a
216 reserva legal averbada daquela propriedade.” Conselheiro Thiago Rodrigues
217 Cavalcanti: “Eu vou pedir para que esta fala minha conste da ata. Primeiro, que
218 se faça correção na pauta, no site da SEMAD, para retirar a palavra
219 ‘deliberação’. Segundo, que se coloque na ata que somente foi apresentado e
220 não houve decisão desta Câmara nem favorável nem desfavorável à criação
221 dessas unidades de conservação. Para que depois não seja dito que a CPB
222 aprovou a criação das duas unidades de conservação e que a Fiemg teria
223 concordado, por estar presente na reunião. Só pedir para fazer essas correções
224 e deixar isso registrado.” Presidente Henri Dubois Collet: “Está sendo
225 registrado, nós vamos fazer esse encaminhamento e, na próxima reunião,
226 traremos maiores esclarecimentos. Eu acho importante que seja totalmente
227 transparente.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Pelo que eu
228 vi, pelo desenho, a porcentagem de áreas produtivas não é tão representativa.
229 Quando se vê o desenho do parque, é algo mais pontual. O desenho é bem
230 concentrado, mas eu acho que a comunidade já aceitou, basicamente. Mas
231 pensar em uma Resex, às vezes. Esses dois modelos, o que acabaria, talvez,
232 diminuindo. Ficaria com eles, mas, se a utilidade econômica é pequena, eles
233 não têm nem necessidade. Eu sei que vocês estão trabalhando em relação ao
234 CAR, todo o trabalho que vocês estão realmente querendo colocar esse
235 instrumento, o PRA, que eu espero que no ano que vem consigamos
236 regulamentar. Mas lembrar que, quando se fala em regularização de unidade de
237 conservação, nós temos dois problemas. Primeiro, que os governos que se
238 sucedem somem com o dinheiro no caixa. Então, boa parte das unidades não
239 estão regularizadas pelos governos, que muitas das instituições do setor
240 econômico que estão aqui financiaram. Então, é bom fazer essa crítica, porque
241 esses governos que se sucederam em Minas nos últimos 20 anos, boa parte do
242 dinheiro foi embora. E fazer um apelo, especialmente, ao setor agropecuário,
243 que deixe de fazer lobby em relação à prorrogação do CAR. Se queremos que
244 os instrumentos andem – e essa é uma ferramenta fantástica, por meio do PRA
245 e depois do CRA –, nós temos que conseguir colocar as reservas legais dentro
246 das unidades de conservação. Então, quem está atrasando esse processo são
247 eles. A sociedade civil, não. Todo ano batem na Presidência da República,
248 vamos botar esse decreto para frente. Quando falam do meio ambiente, não

249 citam o outro lado, que eles é que batem na porta da Casa Civil todo ano para
250 esse decreto ser adiado. Nós estamos esperando, então, que venha o PRA, que
251 venha o CRA, para que possamos colocar milhares de hectares dentro das
252 unidades de conservação, e as pessoas poderem receber a sua indenização
253 justa.” Presidente Henri Dubois Collet: “Eu acho que um esclarecimento
254 importante de ser feito é que esse estudo de regularização fundiária da área do
255 Parque Botumirim foi retirado da base do CAR. Então, as propriedades que
256 estão lá são as propriedades que estão cadastradas no CAR. Outra questão
257 também é que nós observamos que a maior parte da serra é de terras
258 devolutas, o pessoal está criando gado na solta, como falam na própria região,
259 não tem propriedade. E mesmo desses que fizeram o CAR, muitos deles são
260 posseiros, não são proprietários. Mas não que não tenham seus direitos
261 garantidos. Aproveitando a oportunidade, eu quero colocar que estamos
262 fazendo um estudo lá justamente para criar uma portaria, um procedimento com
263 relação às pessoas que estão no interior dos parques. Realmente, tem muitas
264 propriedades, mas nós precisamos regulamentar essa situação. Já estamos
265 fazendo um estudo e esperamos que consigamos fazer talvez em dois meses,
266 três meses, em função dos estudos que já vínhamos fazendo, para aquela
267 pessoa que mora dentro do parque até que ela seja desapropriada ou
268 reassentada. Nós estamos estudando a possibilidade de reassentamento dentro
269 das regras, das normas. Eu acredito que muito em breve teremos um retorno
270 para trazer isso aqui para avaliação da CPB.” **8.2) Refúgio de Vida Silvestre**
271 **Alto Araguari. Apresentação: GCUC/IEF.** O Instituto Estadual de Florestas fez
272 apresentação dos estudos para criação do Refúgio de Vida Silvestre Alto
273 Araguari, para apreciação da Câmara e apresentação de contribuições pelos
274 conselheiros. Foi esclarecido que não se trata de aprovação de proposta nesta
275 sessão. Foram registradas as seguintes contribuições dos conselheiros.
276 Conselheiro Nino Antônio Camini: “Se nós formos esperar interesse do poder
277 público de destinar recursos para criação, nós só temos 250 indivíduos, e, com
278 certeza, esses indivíduos não vão esperar. Questão ambiental é direito coletivo
279 e se sobrepõe ao direito individual, quer seja de propriedade, quer seja de
280 empreendimentos de interesse público. Nesse sentido, está se criando uma
281 unidade que, em primeiro momento, não vai trazer prejuízo a propriedade, só
282 vai necessitar, tanto do poder público quanto dos proprietários das áreas, que
283 tenham um cuidado maior, uma observação maior quanto a isso. Esse problema
284 do pato-mergulhão não é de hoje, já vem de muito tempo, então, essa proposta
285 de criação não é uma novidade, já vem sendo discutido há muito tempo.
286 Inclusive, eu acho que era uma voz, se não solitária, difícil de ser ouvida porque
287 não tinha eco mesmo. Felizmente, desta vez, nós estamos tendo uma
288 possibilidade de voltar os olhos para isso. Realmente, é pouquíssimo o que se
289 preserva, efetivamente, no Estado de Minas Gerais, então, eu só posso aplaudir
290 esse tipo de iniciativa. E lembrando que isso é um documento técnico, por mais
291 que a gente queira opinar aqui, o projeto de criação de unidade é feito em cima

292 de critérios técnicos. Então, só para atentar quanto a isso, para que os
293 interesses individuais não se sobreponham ao interesse coletivo, que é a
294 questão ambiental.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Tão importante
295 quanto a apresentação é essa discussão paralela que se formou aqui, porque
296 isso nunca teve. E temos desastres igual a Serra da Canastra, que até hoje,
297 mais de 50 anos depois, tem gente que não viu a cor do dinheiro, e os netos
298 dos antigos proprietários estão vivendo lá Deus sabe como. Quando se coloca
299 que o meio ambiente é um direito coletivo, esse foi o argumento que os
300 promotores colocaram quando pediram a ação de inconstitucionalidade do
301 Código Florestal. E o que aconteceu? O ministro relator, Fux, falou ‘da mesma
302 forma que o meio ambiente é direito coletivo, a nossa Constituição protege a
303 propriedade e, além do mais, protege o direito do cidadão que é o proprietário
304 tirar da propriedade o seu sustento’. Por que está vindo aqui o processo? Para
305 apresentar. Eu não assimilo bem que está vindo aqui para apresentar e cada
306 um dar a sua opinião. Não é isso. Eu não vou insistir no pedido de vista, porque
307 nós temos novas fases para frente nesse processo, mas eu percebi que o poder
308 público está querendo criar unidade de conservação. Eu não tenho nenhum
309 problema quanto a isso, só queremos que não se faça do jeito que foi feito no
310 século, claramente, para a criação de unidades de conservação, em que nós
311 temos o milagre de criar-se uma unidade de conservação que não traz nenhum
312 ganho para o meio ambiente e traz todos os transtornos para aquele que era o
313 proprietário. Porque na hora em que cria a unidade ele deixa de ser.”
314 Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Primeiro, parabenizar o IEF
315 e a Terra Brasilis pelo Belo trabalho. A proposta é bem fundamentada
316 tecnicamente, fundamentada por um estudo realizado por empreendedores, de
317 geração de energia. Então, até me estranha a fala do conflito, porque isso foi
318 fundamentado por meio de um estudo técnico feito pelo setor elétrico, e o setor
319 elétrico diz que aquele trecho tem que ser preservado. O setor elétrico diz no
320 seu estudo que aquele trecho não tem que ter hidrelétrica. Está escrito, foi
321 aprovado pela Secretaria de Meio Ambiente, passou pelas Casas. Então, para
322 diminuir um pouco essa questão do conflito de geração de energia. Eu não vou
323 entrar nessa discussão do STF, porque fizeram um lobby lá a semana inteira,
324 vários dias. Azar do setor agropecuário, que vai sofrer depois, com o tempo,
325 tudo que esse Código Florestal vai trazer. Esse tipo de modelo apresentado
326 pelo IEF fica bem claro, está escrito na Lei do Snuc, que o Refúgio de Vida
327 Silvestre pode ser constituído por áreas particulares – no parágrafo 1º do artigo
328 12 –, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a
329 utilização da terra, os recursos naturais e o local pelos proprietários. Ficou claro
330 na proposta do IEF que eles não vão entrar em áreas produtivas, só em áreas
331 naturais, APPs e área de reserva legal. Conseqüentemente, o direito à terra,
332 propriedade, área produtiva está preservado nessa proposta do IEF. É o modelo
333 que eles fizeram de tudo na proposta para minimizar qualquer impacto com
334 esse setor. Então, eu acho que a proposta está bem consolidada e caminhando

335 nessa questão. Outro fato importante que já temos discutido em alguns fóruns,
336 Carlos Alberto, a vedação de empreendimentos hidrelétricos em alguns locais
337 tem um benefício para vocês. Inclusive, nós estamos andando lado a lado em
338 vários conselhos, especialmente nessa região do Paranaíba, vide o exemplo do
339 São Marcos, de Batalha, aquele absurdo que a ANA e o setor elétrico fechou, e
340 a Federação das Indústrias até hoje fica ao lado desse imbróglio que reduziu
341 uma área de irrigação de vocês. E tantos outros que estão pipocando por aí,
342 Tijuco, Rio Claro. Esse tipo de modelo de unidade de conservação vai preservar
343 água para vocês também, e com o detalhe: protegendo biodiversidade, água
344 para o setor agropecuário, lazer e turismo, uso múltiplo da água. Quer dizer, um
345 setor prejudica três, quatro setores. Um uso de água em que podemos pegar
346 todas as áreas degradadas, com manutenção da área produtiva, sem a
347 hidrelétrica, que toma. Igualzinho a desapropriação de unidade de conservação,
348 o setor elétrico faz a mesma coisa. O setor elétrico vai fazer a mesma coisa, 'se
349 você não aceitar a minha indenização, você sabe o que vai acontecer'. Fica ali
350 5, 10, 15, 20 anos. Então, esse modelo que o IEF está apresentando aqui,
351 dessa unidade apresentada, tecnicamente. Eu não vou nem discutir a
352 Constituição do Estado, que fica bem clara a questão do direito difuso e
353 coletivo. Esse Estado, esse governo tem sido muito generoso com o setor
354 econômico nos últimos três anos, a quantidade pequena de unidades de
355 conservação. Mas agora nós temos que, realmente, bater palma, parabenizar.
356 Eu sei que houve encontro com o governador, inclusive com a Fiemg presente,
357 para anúncio de uma unidade de conservação já. Então, um acordo que está
358 caminhando. Pelo menos que nesse final de ano esse governo retribua alguma
359 coisa em relação a unidades de conservação. E nessa, para a nossa região,
360 ficou bem claro o mapa que vocês viram ali, uma unidade de conservação,
361 nessa regional, de 400 hectares, uma RPPN de 2.800 hectares. Nós estamos
362 falando de 11 territórios de pato-mergulhões, pelo menos de 22 indivíduos, de
363 uma população de 250, 10% da população mundial. Fora os peixes que são
364 preservados, o que o setor elétrico destruiu na Bacia do Paranaíba, na Bacia do
365 Rio Grande e na Bacia do São Francisco. O que nos restaram foram esses
366 afluentes, e a saga continua. Agora, acabou o Grande, com tecnologia, com
367 alternativa tecnológica para gerar energia. Eu só queria colocar isso e
368 parabenizar. Com certeza, a sociedade civil apoia essa unidade de
369 conservação, a região vai apoiar, com certeza, no Alto Araguari. É uma
370 proposta que já, há bastante, nós gostaríamos, e todo o pessoal técnico
371 trabalhou." **9) PLANO DE MANEJO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARA**
372 **ANÁLISE, NOS TERMOS DO INCISO IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO**
373 **ESTADUAL Nº 46.953/2016. 9.1) Plano de Manejo APA do Alto do Mucuri.**
374 **Apresentação: Gerente da APA do Alto do Mucuri. Retorno de vista: Fiemg,**
375 **Faemg e Sindiextra.** Item retirado de pauta pela Presidência para revisões no
376 documento por parte do Instituto Estadual de Florestas. O conselheiro Thiago
377 Rodrigues Cavalcanti solicitou que o IEF avalie os pareceres de vista e

378 presente à Câmara, na próxima reunião, um posicionamento acerca dos dois
379 relatórios. A Presidência acatou a solicitação do representante da Fiemg e
380 informou que será feita a análise dos relatos de vista para a próxima reunião da
381 Câmara. **10) PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS**
382 **DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS**
383 **TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL Nº**
384 **46.953/2016. 10.1) Plano de Trabalho para aquisição de equipamentos de**
385 **informática e mobiliário para a estruturação da URFBio Metropolitana.**
386 **Apresentação: Escritório Regional Metropolitano/IEF.** Plano de trabalho
387 aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF. Conforme
388 solicitação do conselheiro Nino Antônio Camini, a Presidência determinou que
389 seja apresentado à Câmara, na próxima reunião, uma nota jurídica do IEF
390 fundamentando os procedimentos relativos a este item de pauta. A Presidência
391 registrou votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea,
392 ICMBio, Ibama, Sindiextra, Fiemg, UFV, Fapemig, Setur, Angá, SEE e Faemg.
393 **11) UTILIZAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO DA COMPENSAÇÃO**
394 **AMBIENTAL, NÃO EXECUTADO EM ANOS ANTERIORES, PARA**
395 **DELIBERAÇÃO. 11.1) Atividades do Previncêndio durante 4 (quatro) anos,**
396 **com início em 2018, até R\$ 10 milhões por ano, e pagamento de serviço de**
397 **limpeza, conservação, portaria, apoio administrativo e operacional, no**
398 **âmbito das unidades de conservação, em 2018, até R\$ 14 milhões.**
399 **Apresentação: IEF.** Aprovada por maioria, nos termos apresentados pelo IEF, a
400 proposta de utilização de saldo financeiro da compensação ambiental para
401 atividades do Previncêndio. Foram registrados votos contrários do ICMBio, do
402 Ibama e da UFV e abstenções da Faemg e da Angá. Registrados votos
403 favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, Sindiextra, Fiemg,
404 Fapemig, Setur e SEE. Declarações de votos. Conselheira Juliana Gonçalves
405 Ferreira: “Voto contrário visto que não foi dividida a votação entre atividades do
406 Previncêndio e o custeio. Às atividades do Previncêndio eu seria favorável.”
407 Conselheiro Nino Antônio Camini: “A questão das atividades do Previncêndio já
408 estava prevista antes. Se fosse, exclusivamente, o meu voto seria favorável.
409 Contudo, por entender que está tendo um desvirtuamento do recurso da
410 compensação e também por entender que nós estamos abrindo uma
411 prerrogativa muito perigosa, o meu voto é contrário.” Conselheiro Marcelo
412 Ribeiro Pereira: “Pelos motivos já expostos, eu também concordava com o
413 Previncêndio. Inclusive, quando eu comecei na CPB, em 2016, eu não entendi
414 muito bem por que ele foi retirado do POA de 2017 e nunca mais voltou. Agora,
415 eu vejo que os recursos também estavam sendo aplicados. Se tivesse
416 desmembrado, e trazido na próxima reunião uma explicação mais detalhada de
417 como seria a aplicação dessa segunda parte do recurso, dos R\$ 14 milhões,
418 para esse pagamento de limpeza e conservação, eu me sentiria mais
419 confortável para votar. Como não trouxe isso, por essa abertura dessa

420 possibilidade de manutenção de pagamento de funcionário, que eu também
421 entendo que é uma obrigação do Estado, o meu voto foi contrário.” Conselheiro
422 Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Também a solicitação de
423 desmembramento, eu sou favorável ao Previncêndio, e no outro voto eu iria me
424 abster, se fosse o caso, por conta dessa dúvida.” Solicitação da Fiemg.
425 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu só queria fazer um pedido. Esse
426 recurso que sobrou, os valores que são da regularização fundiária, quando o
427 IEF for aplicar, que aplique somente para regularização fundiária.” Presidente
428 Henri Dubois Collet: “Ok. Faremos esse controle e traremos a prestação de
429 contas aos conselheiros.” **12) ENCERRAMENTO.** Conselheiro Gustavo
430 Bernardino Malacco da Silva: “Fazer uma solicitação à SEMAD para que fossem
431 apresentados todos os processos de intervenção que tivemos, de
432 desmatamento, aqueles processos que passaram pela COPA e agora o IEF
433 está assumindo diretamente, para sabermos quantos hectares, região, tipo de
434 fisionomia. Que fosse feita, detalhadamente, uma apresentação aqui na CPB.
435 Pedir ao governo isso, dos três últimos anos, para termos um estado da arte
436 desses processos, para termos uma ideia de quanto foi autorizado e quanto foi
437 negado. Como eu já disse, por região, bioma, ambiente, nesses processos de
438 intervenção ambiental. Eu gostaria dessa apresentação.” Presidente Henri
439 Dubois Collet: “Nós faremos encaminhamento. Eu não sei se conseguimos já
440 trazer na próxima reunião, mas vamos solicitar esse levantamento. Eu fiquei de
441 dar um retorno também com relação ao CAR. Eu acho que é importante colocar.
442 Nós recebemos uma correspondência da Fiemg solicitando esclarecimentos,
443 mas eu acho que é importante já dizer que o CAR já está totalmente em
444 funcionamento. Se os senhores quiserem pesquisar, acessem o endereço do
445 Sicar nacional. Nós vamos ter uma reunião extraordinária no dia 9 e devemos
446 trazer maiores esclarecimentos com relação aos sistemas do CAR.” Não
447 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Henri Dubois Collet
448 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

453 **Henri Dubois Collet**
454 **Presidente da CPB**